

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Palco de eventos que definiram a história de Portugal, garante da unidade entre a Grande Lisboa e a Península de Setúbal, o estuário do Tejo – um dos maiores da Europa Ocidental – constituiu-se atualmente, através do transporte fluvial, enquanto garante do desenvolvimento económico, da mobilidade sustentável e da coesão e justiça social desta região e do País.

Neste contexto, o serviço público de transportes garantidos pela Soflusa/Transtejo desempenha um papel nevrálgico no cumprimento das jornadas de trabalho, estudo e visitação de cerca de 100.000 utilizadores diários, nas linhas de Almada, Seixal, Barreiro e Montijo, bem como dos demais concelhos adjacentes.

Após os duríssimos golpes infligidos a este serviço, nos tempos do “muito para além da Troika”, os Governos de António Costa encetaram um processo de recuperação desta operação, nomeadamente:

- Alicerçados na assinatura de acordos empresa que garantiram a paz social na empresa, valorizando carreiras e reforçando – por via da contratação a termo certo – o quadro de pessoal destas empresas.
- Assinando um - há muito esperado - contrato de prestação de serviço público, que apenas entre 2021 e 2025, munirá a companhia de um valor de até 75 milhões de euros, correspondentes a cerca de 14 milhões de euros de compensações financeiras pela disponibilização das infraestruturas, e cerca de 60 milhões de euros pelo cumprimento de obrigações de serviço público.
- Investindo cerca de 6 milhões de euros, na manutenção e valorização dos terminais de Almada, Barreiro, Montijo (Seixalinho) e Seixal, bem como lançando – na resolução do Conselho de Ministros de 30 de março de 2023 - as bases para a construção do futuro cais fluvial no Concelho da Moita.
- Recuperando execução orçamental necessária à manutenção da frota e pontões flutuantes,

criando as condições para a obtenção dos certificados de navegabilidade, ditados pelo Regime Interno Marítimo e demais Legislação, bem como na aposta na renovação das frotas destas companhias, num valor global de 52.5 + 15.5 milhões de euros.

Com efeito, se destruir, com o intuito de privatizar, é muito mais fácil do que preservar, sob o desígnio de um serviço público confortável, previsível e regular, a verdade é que o processo de renovação de frota, alicerçado em opções amigas do ambiente e conducentes ao cumprimento de ambiciosas metas de descarbonização, firmadas por Portugal - no Roteiro para a Neutralidade Carbónica - não decorreram conforme esperado.

Os Deputados Socialistas eleitos pelo Círculo Eleitoral de Setúbal, que recentemente realizaram as suas IV jornadas parlamentares, subordinadas à “*Mobilidade, Acessibilidade e Transportes: As redes que nos unem*”, reconhecem a indispensabilidade da rentabilização das oportunidades inerentes aos diversos avisos, que ditam a atribuição de fundos comunitários. Todavia, consideramos indispensável priorizar a rápida resposta aos problemas quotidianos dos utentes, que destes serviços dependem.

Assim, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, nos sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. *Qual o ponto da*

situação dos procedimentos concursais (especificamente o calendário de entregas efetivadas e por rececionar), tendentes à aquisição de 10 novas embarcações elétricas, respetivas baterias e pontos de carregamento?

2. *Que diligências foram tomadas, no seguimento do relatório do Tribunal de Contas do passado mês de março de 2023?*

3. *Qual a planificação de operacionalidade plena das novas embarcações?*

4. *Que soluções foram encontradas pelo Ministério por V. Exa tutelado, no que respeita à agilização do processo de aquisição e instalação das mesmas, no quadro restritivo do Código de Contratação Pública e demais Legislação em vigor?*

5. *No que à frota Soflusa (que serve a linha Barreiro-Lisboa) diz respeito – sabendo-se que os navios se aproximam do seu tempo máximo de vida - encontra-se em estudo algum processo faseado de renovação – que possa evitar os constrangimentos herdados no processo de substituição abrupta de todo o contingente Almada/Cacilhas?*

Melhores cumprimentos.

São Bento, 28 de julho de 2023

Palácio de São Bento, 2 de agosto de 2023

Deputado(a)s

ANDRÉ PINOTES BATISTA(PS)

ANA ISABEL SANTOS(PS)

Deputado(a)s

EURÍDICE PEREIRA(PS)

JORGE SEGURO SANCHES(PS)

MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS(PS)

CLARISSE CAMPOS(PS)

FERNANDO JOSÉ(PS)

BÁRBARA DIAS(PS)

GIL COSTA(PS)

IVAN GONÇALVES(PS)